



# EDUCAÇÃO FILOSÓFICA COMO ATO POLÍTICO: INSERINDO SABERES FEMINISTAS

Suzana Oliveira de Almeida<sup>1</sup>

## ***PHILOSOPHICAL EDUCATION AS A POLITICAL ACT: incorporating feminist knowledge***

### **Resumo:**

Este artigo analisa a educação filosófica como prática política, defendendo a inserção de saberes feministas — especialmente os feminismos negro e interseccional - nos currículos escolares. A partir de uma abordagem teórico-reflexiva, fundamentada em autoras como bell hooks, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro e Silvia Federici, argumenta-se que o ensino de filosofia, quando atravessado por epistemologias feministas, rompe com o silenciamento epistêmico, amplia o repertório crítico dos estudantes e fortalece práticas educativas comprometidas com a justiça social. Conclui-se que a filosofia, ensinada a partir das margens, constitui um ato político de resistência e emancipação, capaz de transformar a escola em espaço plural e democrático.

**Palavras-chave:** Filosofia 1. Educação 2. Feminismo 3. Currículo 4. Justiça social 5.

### **Abstract:**

*This article examines philosophical education as a political practice, advocating the inclusion of feminist knowledge — especially Black and intersectional feminisms — in school curricula. Based on a theoretical and reflective approach grounded in authors such as bell hooks, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, and Silvia Federici, it argues that philosophy teaching informed by feminist epistemologies breaks epistemic silencing, expands students' critical repertoire, and strengthens educational practices committed to social justice. It concludes that philosophy, taught from the margins, constitutes a political act of resistance and emancipation, transforming schools into plural and democratic spaces.*

**Keywords:** Philosophy 1. Education 2. Feminism 3. Curriculum 4. Social justice 5.

<sup>1</sup>Doutora em Filosofia Prática pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Membro do Núcleo de Pesquisa Hannah Arendt, Editora das Revistas Polymatheia (UECE) e Cadernos Arendt (UFPI), Professora SEDUC – CE em EEMTI Colégio Estadual Liceu do Ceará e EEMTI Sales Campos. E-mail: suzanafilosofia<sup>95</sup>@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9175-1752>

## 1. INTRODUÇÃO

O ensino de filosofia na escola pública brasileira nunca foi neutro. Paulo Freire já alertava que “não há educação neutra: ou ela é libertadora ou é domesticadora” (Freire, 1996, p. 25). Essa constatação nos obriga a pensar a filosofia como prática política, capaz de formar sujeitos críticos e conscientes. Inserir epistemologias feministas - especialmente as de matriz negra e interseccional - significa ampliar o currículo e transformá-lo em espaço de emancipação. A sala de aula, nesse sentido, torna-se lugar de resistência, onde se decide quais vozes serão ouvidas e quais permanecerão silenciadas.

Historicamente, a disciplina de filosofia sofreu interferências políticas. Durante a ditadura militar, foi retirada dos currículos e só retornou nos anos 1980, em meio à luta pela redemocratização. Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirmou sua importância, mas ainda privilegia uma tradição eurocêntrica e masculina. Esse cenário evidencia a necessidade de repensar o ensino filosófico, abrindo espaço para perspectivas que questionem a hegemonia e ampliem o repertório crítico dos estudantes.

Dermeval Saviani lembra que “a educação é um ato político, porque implica sempre uma tomada de posição diante das contradições sociais” (Saviani, 1983, p. 45). A filosofia, portanto, não pode ser reduzida à disciplina formal; deve ser compreendida como prática crítica que contribui para a formação cidadã. Ao incluir epistemologias feministas nesse processo, fortalece-se a capacidade da filosofia de dialogar com desigualdades e de promover uma educação comprometida com a democracia.

Marilena Chauí reforça essa ideia ao afirmar que “a filosofia é o exercício da reflexão crítica, que não se contenta com respostas prontas, mas busca compreender os fundamentos das ideias e das práticas” (Chauí, 2000, p. 12). Essa perspectiva exige que o ensino filosófico provoque perguntas e deslocamentos, em vez de apenas transmitir conteúdos. Ao trazer autoras feministas e negras para esse exercício, o currículo se torna mais plural e próximo das realidades vividas pelos estudantes.

A exclusão das mulheres e de sujeitos racializados da história da filosofia não é simples ausência, mas resultado de um processo ativo de silenciamento. Djamila Ribeiro observa que “a linguagem é um mecanismo de manutenção de poder” (Ribeiro, 2017, p. 16). Ao não incluir essas vozes, a escola reforça estruturas de exclusão e legitima apenas determinados saberes.

Inserir epistemologias feministas é, portanto, um gesto político de ruptura com esse silenciamento.

bell hooks acrescenta que “a sala de aula continua sendo um dos locais mais radicais de possibilidade” (hooks, 2013, p. 12). Essa afirmação nos lembra que o espaço escolar pode ser lugar de liberdade, onde estudantes se reconhecem como sujeitos históricos e produtores de saber. Ao trazer autoras como Lélia Gonzalez e Grada Kilomba para o centro da prática pedagógica, o ensino filosófico se aproxima das experiências concretas dos estudantes e provoca deslocamentos críticos.

No contexto da escola pública cearense, marcada por desigualdades sociais, raciais e de gênero, essa abordagem é urgente. Estudantes de comunidades periféricas carregam vivências que raramente encontram espaço nos currículos. Integrar epistemologias feministas e interseccionais significa reconhecer essas experiências como legítimas e construir uma filosofia situada, capaz de dialogar com as realidades concretas dos sujeitos.

Este artigo, portanto, defende a educação filosófica como ato político e propõe a inserção de saberes feministas nos currículos escolares. A hipótese central é que o ensino de filosofia, atravessado por epistemologias feministas, contribui para democratizar o conhecimento, romper o silenciamento epistêmico e fortalecer práticas educativas comprometidas com a justiça social. A filosofia, nesse sentido, não é apenas disciplina acadêmica, mas prática de liberdade e emancipação intelectual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A exclusão das mulheres e de sujeitos racializados da tradição filosófica não é apenas um lapso histórico, mas resultado de um processo ativo de silenciamento. Lélia Gonzalez observa que “o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a ‘superioridade’ branca ocidental à ‘inferioridade’ negro-africana” (Gonzalez, 1988, p. 77). Essa hierarquia se reproduz nos currículos escolares, invisibilizando epistemologias afrodescendentes e feministas. Ao propor o conceito de amefricanidade, Gonzalez rompe com a lógica colonial e afirma a legitimidade dos saberes produzidos nas margens.

Grada Kilomba aprofunda essa crítica ao racismo epistêmico ao afirmar que “a mulher negra é o Outro do Outro. Ela não é homem, nem branca. Ela é o Outro do Outro, aquele que não tem lugar” (Kilomba, 2019, p. 51). Sua escrita performativa desafia padrões acadêmicos

tradicionais e mostra que o saber também emerge dos corpos que resistem. Ao incluir Kilomba no ensino de filosofia, abre-se espaço para uma epistemologia encarnada, que valoriza a experiência vivida como fonte de reflexão crítica.

Djamila Ribeiro reforça essa perspectiva ao destacar que "a linguagem é um mecanismo de manutenção de poder" (Ribeiro, 2017, p. 16). Reconhecer o lugar de fala, portanto, é essencial para democratizar o espaço do saber. Em sala de aula, essa reflexão rompe com a ideia de neutralidade epistemológica e afirma a educação como território de disputa e transformação.

bell hooks acrescenta uma dimensão pedagógica ao afirmar que "a sala de aula continua sendo um dos locais mais radicais de possibilidade" (hooks, 2013, p. 12). Para ela, ensinar é também um ato de cuidado e resistência. Ao trazer hooks para o currículo, a filosofia se torna prática libertadora, capaz de articular afetos, histórias e relações de poder.

Judith Butler amplia o debate ao afirmar que "o gênero é uma construção social, repetida e performada" (Butler, 1990, p. 33). Sua teoria da performatividade mostra como identidades são moldadas por normas sociais e como podem ser subvertidas. Essa reflexão, aplicada ao ensino, ajuda estudantes a compreender que suas identidades não são naturais ou fixas, mas construídas socialmente, fortalecendo práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade.

Simone de Beauvoir já havia denunciado que "não se nasce mulher: torna-se" (Beauvoir, 1970, p. 9). Essa afirmação clássica revela como a condição feminina é socialmente construída e como a filosofia, ao ignorar essa construção, reforça desigualdades históricas. Ao incluir Beauvoir, reconhece-se que a crítica feminista à filosofia é parte de uma longa tradição de resistência intelectual.

Iris Marion Young acrescenta que "a justiça requer não apenas a distribuição de bens, mas também o reconhecimento das diferenças" (Young, 1990, p. 25). Sua perspectiva amplia o conceito de igualdade, mostrando que não basta tratar todos de forma idêntica: é necessário considerar especificidades de gênero, raça e classe. Ao trazer Young para o debate, reforça-se que a filosofia feminista busca pluralizar o espaço público e educativo.

Por fim, Sueli Carneiro lembra que "a afirmação da diferença é também a afirmação da humanidade" (Carneiro, 2005, p. 119). Sua crítica ao racismo epistêmico reforça a necessidade de incluir saberes feministas e

negros no ensino filosófico. A fundamentação teórica, portanto, articula Gonzalez, Kilomba, Ribeiro, hooks, Butler, Beauvoir, Young e Carneiro para mostrar que a filosofia, atravessada por epistemologias feministas, se torna prática insurgente contra o silenciamento e a exclusão.

### 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica e qualitativa, construída a partir da leitura crítica de autoras feministas que discutem educação, epistemologia e política. Lakatos e Marconi lembram que "a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente material disponibilizado na internet" (Lakatos; Marconi, 2003, p. 183). A escolha por esse caminho permitiu reunir um conjunto de obras que oferecem referenciais teóricos consistentes para pensar a filosofia como prática política.

O corpus teórico foi composto por textos de bell hooks (2013), Djamila Ribeiro (2017), Lélia Gonzalez (1988), Grada Kilomba (2019), Patricia Hill Collins (2016), Sueli Carneiro (2005), Silvia Federici (2019) e Paulo Freire (1996). Essas autoras e autores foram selecionados por sua relevância na crítica às estruturas de poder e por contribuírem para a construção de uma filosofia situada, capaz de dialogar com desigualdades sociais, raciais e de gênero.

A abordagem qualitativa foi escolhida porque privilegia a interpretação e a compreensão dos fenômenos sociais. Como afirma Gil, "a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais" (Gil, 2008, p. 79). Nesse sentido, o objetivo não é medir dados, mas analisar como epistemologias feministas tensionam o ensino filosófico e revelam sua dimensão política.

A técnica utilizada foi a análise textual-discursiva, que busca compreender os sentidos produzidos nos textos em seu contexto histórico e social. Bastos e Biar explicam que "a análise textual-discursiva busca compreender os sentidos produzidos nos textos, considerando o contexto social e histórico em que são elaborados" (Bastos; Biar, 2015, p. 42). Essa escolha metodológica possibilitou identificar como as autoras feministas problematizam o silenciamento epistêmico e propõem alternativas para uma educação comprometida com a justiça social.

Outras metodologias poderiam ter sido adotadas, como a análise de conteúdo ou a história oral. Bardin observa que a análise de conteúdo permite "a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens" (Bardin, 2011, p. 44). Já a história oral possibilitaria recolher narrativas de estudantes e docentes sobre suas experiências com o ensino de filosofia. No entanto, optou-se pela análise textual-discursiva por sua capacidade de articular teoria e prática, oferecendo uma leitura crítica que conecta discursos feministas às práticas pedagógicas.

Por fim, é importante destacar que esta metodologia não pretende esgotar o tema, mas oferecer uma perspectiva coerente com os objetivos da pesquisa. A escolha por uma abordagem qualitativa e bibliográfica reflete o compromisso com a valorização de saberes situados e com a construção de uma prática educativa plural. Assim, a metodologia está alinhada com a hipótese central: compreender a educação filosófica como ato político e emancipatório.

#### 4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A sala de aula é um espaço de disputa simbólica e política. bell hooks lembra que "ensinar é um ato de amor, [e a sala de aula pode ser] um local de liberdade" (hooks, 2013, p. 13). Essa perspectiva reforça que o ensino não se limita à transmissão de conteúdos: ele envolve escuta, acolhimento e diálogo. Ao trabalhar com textos de Ribeiro, Gonzalez e Kilomba, estudantes — especialmente meninas negras e periféricas — reconhecem suas próprias vivências como parte legítima da reflexão filosófica. Esse reconhecimento rompe com a lógica meritocrática e universalizante do currículo tradicional.

O conceito de "lugar de fala", desenvolvido por Djamila Ribeiro, ajuda a compreender que "o não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros" (Ribeiro, 2017, p. 23). Em sala de aula, essa reflexão desloca a percepção dos estudantes: suas experiências deixam de ser vistas como falhas individuais e passam a ser entendidas como parte de estruturas sociais. Esse movimento é fundamental para que se reconheçam como sujeitos históricos e produtores de conhecimento.

Um exemplo concreto pode ser observado em projetos interdisciplinares que articulam filosofia e literatura feminista. Ao ler trechos de Memórias da Plantação, de Grada Kilomba, estudantes discutem como o racismo cotidiano se manifesta em suas vidas. Kilomba afirma: "O racismo não é apenas um ato isolado,

mas uma estrutura que organiza a sociedade e define quem pertence e quem não pertence" (Kilomba, 2019, p. 62). Essa reflexão provoca debates sobre pertencimento e exclusão, permitindo que os estudantes reconheçam o caráter estrutural das opressões.

Silvia Federici amplia essa discussão ao afirmar que "a reprodução da vida cotidiana - cozinhar, limpar, cuidar dos outros - é uma atividade essencial, embora historicamente invisibilizada e desvalorizada" (Federici, 2019, p. 37). Ao incluir essa análise no ensino de filosofia, os estudantes compreendem que práticas cotidianas, muitas vezes relegadas às mulheres, são fundamentais para a manutenção da vida. Essa abordagem fortalece práticas pedagógicas que valorizam o trabalho reprodutivo e o cuidado.

Patricia Hill Collins observa que "colocar os grupos marginalizados no centro da análise revela aspectos da realidade que permanecem invisíveis" (Collins; Bilge, 2016, p. 29). Essa perspectiva interseccional permite compreender como raça, gênero, classe e sexualidade se entrelaçam na constituição das opressões. Em sala de aula, traduz-se em rodas de conversa, análise de textos de autoras negras e indígenas e produção de narrativas autobiográficas. Essas práticas ajudam os estudantes a se reconhecerem como sujeitos históricos e produtores de saber.

Dermeval Saviani reforça a dimensão política da educação ao afirmar que "toda prática educativa é, em si mesma, uma prática política, porque implica sempre uma tomada de posição diante das contradições sociais" (Saviani, 1983, p. 45). Essa ideia, trabalhada com estudantes, evidencia que o ensino de filosofia não é neutro, mas atravessado por disputas de poder. Ao relacionar Saviani com autoras feministas, os estudantes percebem que a filosofia pode ser instrumento de emancipação e não apenas disciplina formal.

Marilena Chauí acrescenta que "a filosofia é o exercício da reflexão crítica, que não se contenta com respostas prontas, mas busca compreender os fundamentos das ideias e das práticas" (Chauí, 2000, p. 12). Em sala de aula, essa perspectiva se traduz em atividades que incentivam os estudantes a questionar normas sociais, padrões de gênero e hierarquias raciais. Ao dialogar com Chauí e com autoras feministas, a filosofia se torna prática de deslocamento e crítica às estruturas de poder.

Henry Giroux, em sua pedagogia crítica, lembra que "a educação deve ser entendida como prática cultural e política, que molda identidades e produz significados" (Giroux, 1997, p. 19). Essa afirmação reforça que o ensino

de filosofia não pode ser reduzido a conteúdos abstratos, mas deve ser compreendido como prática cultural que produz sujeitos críticos. Ao incluir Giroux, amplia-se a compreensão de que a filosofia feminista é também prática cultural insurgente.

Por fim, é necessário reconhecer as resistências enfrentadas. Muitos docentes e membros da comunidade escolar interpretam o feminismo como ideologia partidária ou ameaça à ordem tradicional. Essa reação revela o estigma que ainda recai sobre o feminismo, especialmente quando articulado com questões raciais e de classe. Paulo Freire lembra que "ensinar exige coragem" (Freire, 1996, p. 45). Enfrentar essas resistências exige compromisso ético, escuta ativa e práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade. A filosofia feminista, nesse contexto, reafirma-se como ato político de resistência e esperança.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação filosófica, entendida como ato político, exige a presença de saberes feministas para cumprir sua função democrática. Paulo Freire lembra que "a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo" (Freire, 1996, p. 67). Essa afirmação reforça que o ensino filosófico, atravessado por epistemologias feministas, pode formar sujeitos críticos capazes de intervir na realidade e transformar suas condições de vida.

Ao trazer autoras feministas para o centro da prática pedagógica, o ensino filosófico rompe com a hegemonia eurocêntrica e masculina. bell hooks destaca que "o trabalho intelectual é parte fundamental da luta pela libertação" (hooks, 1995, p. 20). Essa perspectiva mostra que a filosofia feminista não é apenas reflexão teórica, mas prática insurgente que contribui para a emancipação coletiva e para a construção de novos horizontes de liberdade.

Dermeval Saviani reforça que "a educação é um ato político, porque implica sempre uma tomada de posição diante das contradições sociais" (Saviani, 1983, p. 45). Ao incluir epistemologias feministas, o ensino de filosofia assume uma postura crítica diante das desigualdades e contribui para a construção de uma escola democrática. Michael Apple complementa essa reflexão ao afirmar que "o currículo nunca é neutro; ele sempre reflete escolhas políticas e ideológicas" (Apple, 2006, p. 34). Assim, a exclusão de autoras feministas e negras não é casual, mas resultado de escolhas que privilegiam determinados saberes em detrimento de outros.

Henry Giroux acrescenta que "a educação deve ser entendida como prática cultural e política, que molda identidades e produz significados" (Giroux, 1997, p. 19). Essa perspectiva amplia a compreensão do ensino de filosofia como prática cultural insurgente, capaz de transformar identidades e significados. Hannah Arendt também lembra que "a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele" (Arendt, 2007, p. 247). Ensinar filosofia, portanto, é assumir responsabilidade pelo mundo comum e pelas gerações futuras.

Por fim, este estudo aponta para a necessidade de pesquisas futuras que investiguem a formação docente em filosofia a partir de epistemologias feministas, a revisão curricular da disciplina na BNCC e a implementação de políticas públicas que garantam a diversidade nos espaços escolares. Simone de Beauvoir já alertava que "não se nasce mulher: torna-se" (Beauvoir, 1970, p. 9). Essa afirmação clássica nos lembra que identidades são construídas socialmente e que a educação tem papel central nesse processo. Reafirmar a filosofia como prática política é, portanto, um gesto de resistência e esperança, que aponta para a necessidade de uma escola pública comprometida com a emancipação e a justiça social.

## REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BASTOS, Lilian; BIAR, Luciana. **Análise textual-discursiva: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2015.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser**. São Paulo: Pallas, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.
- FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIROUX, Henry. **Pedagogia crítica, poder e cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo amefricano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- HOOKS, bell. **Killing Rage: Ending Racism**. New York: Henry Holt, 1995.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. São Paulo: Letramento, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1983.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.